



# Anais da Assembléia

Nº 181

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1997.

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Bastião Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Rery Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura da seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 1698/97, do Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre

"pagamento do terço de férias aos policiais militares". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 391/97, do Sr. Eduardo Rocha Virmond - Secretário de Estado da Cultura, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "produção de livros através do programa Pólo Editorial". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob os nºs CTL/SEEG/185 e 187/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

140/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Jaguariaíva, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.834. **Anote-se - Arqueive-se.**

230/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura, conforme especifica, o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, com sede no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.835. **Anote-se - Arqueive-se.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2475**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Leontino José Fiori, ocorrido no dia 13 próximo passado, no Município de Arapongas - PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seu filho e familiares, Fábio Cordeiro Fiori, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Arara Vermelha, 176, Conjunto Centauro, Arapongas / PR.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

**REQUERIMENTO Nº 2474**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao Municí-

Curitiba, quarta, em 22.10.97

pio de Munhoz de Mello, pela passagem de seu 41º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Celso Búbula Silva, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Sr. José Gomes, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É com grande júbilo que a população de Munhoz de Mello irá comemorar, no próximo dia 03.11.97, mais um aniversário de sua emancipação política.

Trabalhando sempre lado a lado, administração e povo, conseguirão dias melhores, pois, é através desse trabalho integrado, de união de forças, que se poderá construir uma cidade mais digna e mais justa, e um crescente progresso.

Parabenizamos, portanto, toda a população de Munhoz de Mello, nesta significativa data em que se comemora mais um aniversário de emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população que acredita num futuro próspero para o município, o seu reconhecimento e admiração.

**REQUERIMENTO Nº 2478**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, ao casal César Kogut e Irene Kogut, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 2469**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de louvor, aos funcionários da TELEPAR, representados pelo Presidente daquela instituição, o ex-Governador do Paraná Álvaro Fernandes Dias, pela conquista do certificado da ISO 9002, no segmento de mercado de capitais, garantindo a qualificação daquela empresa, como primeira estatal brasileira na área de telecomunicações a receber o título entregue pela Bureau Veritas Quality Internacional (BVQI), órgão certificador brasileiro com reconhecimento na Europa e nos Estados Unidos, em função do bom atendimento aos seus investidores, conforme específica.

Neste termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2485**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de desagravo, ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi - Mui Digno Prefeito Municipal de Curitiba, pelas declarações injustas, ilegais e ofensivas, feitas pelo Sr. João Pedro Stedile, um dos líderes do chamado Movimento Sem Terra.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Apoiamento: Horácio Rodrigues.

**JUSTIFICATIVA:**

O Deputado que o presente subscreve, vem neste ato, prestar total solidariedade, ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Mui Digno Prefeito Municipal de Curitiba / PR, onde o mesmo foi alvo, no domingo, dia 12 do corrente mês, de injustos, levianos, ilegais e ofensivos ataques desferidos pelo Sr. João Pedro Stedile, um dos líderes do chamado Movimento Sem Terra, quando esse, deu entrevista à Rádio Educadora de São Luiz (MA).

As palavras proferidas por esse suposto "líder", na ocasião, de forma racista e discriminatória ao Sr. Cás-

sio Taniguchi, demonstram inabilidade, despreparo e oportunismo.

O Sr. Cássio Taniguchi, pessoa idônea, de bom caráter, eleito legalmente pela maioria absoluta dos eleitores curitibanos, sendo eleito em primeiro turno, representando legitimamente 1.500.000 de cidadãos curitibanos, é engenheiro formado, e tem demonstrado eficiência na sua administração, e não será uma pessoa qualquer, leviana, que colocará em questão a sua conduta.

Com certeza, esse suposto "líder", não conhece a história do nosso Estado, ignora que nossa formação étnica se deu com a contribuição de povos de todas as origens.

#### REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Magro, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Cecília, os quais pedem a passagem da carrocinha por todas as ruas. Em todas as ruas do bairro existem cães que causam incômodos e insegurança para todas as pessoas. À noite, na volta das aulas, os alunos são atacados, e muitos transtornos são causados. O atendimento do presente beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, reivindicando recursos para a construção de dois consultórios, sendo um médico e outro odontológico; de muro, que possibilite o banho de sol dos presos; conserto de telhado e dos sistemas hidráulico e elétrico da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, que encontra-se necessitando destes investimentos, para dar condições de trabalho e condições dignas para os presos daquela instituição.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com o levantamento feito pelos integrantes do Conselho dos Presídios e do próprio judiciário local, a situação da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu é atípica. Atualmente

está com cerca de 250 presos, sendo que destes, apenas 120 estão condenados, e que chegou a ter uma população carcerária de 320 presos, sendo 160 com prisão provisória. Ocorre que há um número reduzido de funcionários, sendo 3 policiais militares, enquanto que a situação da cadeia exige uma solução específica, pois com população de presídio não detém as características funcionais e jurídicas para receber a tutela da Secretaria da Justiça.

Como a cidade é turística e grande parte dos argumentos que impedem a transformação daquela unidade carcerária em presídio estadual, já que a Vara de Execuções Penais em implantação, faz-se necessário que o Poder Público estadual dê tratamento diferenciado à Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, destinando recursos orçamentários para implantação de condições para atendimento humano aos presos.

Já houve um entendimento inicial com a Secretaria de Segurança Pública, para que o repasse de uma verba em torno de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), mas que por motivos que desconhecemos deixou de ser encaminhada para a construção dos consultórios, da murada e bem como da reforma nos sistemas elétrico e hidráulico.

#### REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Saúde, alertando sobre o quadro crítico do setor de saúde pública no Estado do Paraná, e ao mesmo tempo solicitando providências para amenizar a situação.

A manutenção do grau de dependência do sistema público tem provocado o fechamento de muitas unidades hospitalares ou desativação de leitos. Nos locais onde há oferta de serviços de qualidade crescente e melhor situação financeira dos hospitais, o fenômeno se explica pela evasão do SUS, mas o prejuízo fica por conta de quem necessita do atendimento gratuito.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Moacir dos Santos, vice-Presidente do Sindicato da FEHOSPAR - Ponta Grossa, à Rua A. Brasil, 100, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Ple-

nário, a remessa da documentação apenas à COPEL a fim de que, aquela empresa pública faça os estudos necessários e no prazo estipulado pela MABESC, emita oficialmente sua posição.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A construção da Usina de Salto Caxias, em Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, tem gerado inúmeros conflitos. Uns foram satisfatoriamente resolvidos, através do diálogo e boa vontade. Entretanto, outros persistem e a despeito da busca de abertura do canal de negociação, inexistem resultados práticos até hoje.

A MABESC - Movimento dos Atingidos da Barragem Elétrica de Salto Caxias, está fazendo algumas colocações em nome de inúmeras famílias que estão sentindo-se enormemente prejudicadas com a construção da Usina. Reclamam de danos irreparáveis, principalmente em função da perda em relação ao número de habitantes. Isso praticamente inviabilizará parcela ponderável do comércio, indústria e serviços. Além de outros segmentos que enfatizamos, o pesado drama que estão vivendo.

As obras andam a passos largos e é sensata qualquer iniciativa que vise estabelecer entendimento e conversações sobre estes pontos. A COPEL, que até aqui se portou de forma absolutamente disciplinada, não poderá negar, esse direito inquestionável da população atingida, de sentar para discutir.

#### REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de pronunciamento do Senador Osmar Dias, no Senado Federal, em 25.08.97, que dispõe sobre a subcomissão que analisará a procedência das notícias alarmantes com relação ao fenômeno "El Niño", conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de pro-

nunciamento do Senador Osmar Dia, no Senado Federal, que dispõe sobre a comemoração do Dia Mundial da Alimentação, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, a transcrição nos Anais desta Assembléia, do artigo sob o título "Sem-terra, sem-lei, sem-democracia", publicado na edição de 22 do corrente, pelo Jornal Gazeta do Povo, de autoria do Promotor de Justiça Dr. Jorge César de Assis.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Promotor Jorge César de Assis, Procurador Geral da Justiça, Presidente da Associação do Ministério Público, Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

#### REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste nos Anais desta Casa e seja transcrito na ata dos trabalhos de hoje, o conteúdo do Editorial, do Jornal da Manhã, do dia 09.10.97, intitulado "A delicada realidade financeira dos municípios", matéria esta que segue anexo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Jornal da Manhã, em nome de sua Diretora, Sra. Leandrina Castro; do Editor Chefe, Sr. Emerson Urizzicervi, bem como aos demais funcionários do Jornal, sito à Rua Santos Dumont, 1089, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 576/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis, com sede no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

A Casa Familiar Rural de Manfrinópolis, foi fundada, inicialmente, com o nome de Casa Familiar Rural de Salgado Filho. Posteriormente, já no ano de 1997, com a criação do Município de Manfrinópolis, teve alterados seus estatutos, passando a denominar-se Casa Familiar Rural de Manfrinópolis.

Como se pode observar, a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis é uma associação sem fins lucrativos, que tem como objetivo precípuo a formação de jovens, incutindo-lhes responsabilidades de caráter educativo, social e familiar.

Por outro lado, a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis presta serviços à comunidade desinteressadamente, não remunerando seus membros, seja a que título for.

Devidamente registrada no Livro A-1 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil e Anexos do Município de Barracão, entendemos estar a referida associação em condições de ser declarada de Utilidade Pública, para o que, contamos com o apoio dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI Nº 577/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antônio Ermírio de Moraes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Este paulista, empresário, dramaturgo, escritor, filantropo e sobretudo humanitário, Antônio Ermírio de Moraes, além de formado em engenharia metalúrgica, formado em 1949 pela Colorado School of Mines de Golden, Colorado - U.S.A., desde 1957 como vice-Presidente da Real Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, sendo que a partir de 1971 foi eleito presidente administrativo até a atual data. Na área industrial, o polivalente Antônio Ermírio de Moraes acumula a vice-Presidência do Conselho de Administração da S.A. Indústrias Votoran-

tim, e é o responsável por todo o setor metalúrgico e mecânico das empresas componentes do Grupo Votorantim.

Antônio Ermírio de Moraes, nasceu em São Paulo, em 04 de junho de 1928, filho de José Ermírio de Moraes e Helena Pereira de Moraes. A sua esposa é a dona Maria Regina Costa de Moraes. Um homem de visão que com sua capacidade administrativa e com espírito público, vem ajudando o Brasil com suas características de suficiência e honestidade. E ajuda especialmente o povo do Paraná, com os investimentos que o seu Grupo Votorantim faz aqui no nosso Estado, gerando riqueza e empregos aos paranaenses.

Dai porquê entendemos que este é o momento do Paraná, aqui representado pelo conjunto dos Deputados estaduais nesta Assembléia Legislativa, de homenagear esta personalidade nacional e internacional, Antônio Ermírio de Moraes, com a maior honraria desta Casa, que é o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 578/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O Conselho Comunitário de Segurança e Bem Estar Social de Arapongas, tem por finalidade maior colaborar na solução dos problemas relacionados com a segurança e o bem estar social da comunidade de Arapongas, tendo a sua história marcada de êxitos neste objetivo primordial.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 579/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Inácio Martins, o imóvel referente ao lote urbano, com área total de 551 m2, situado no imóvel Boa Vista, rua D. Pedro II, esquina rua A, sem benfeitorias, matriculado sob nº 278, livro

3A, folhas 261, no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapua-va.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Inácio Martins para construção de instalações destinadas a departamentos de atendimento ao público, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Inácio Martins um imóvel situado na sede daquele município, para ali serem construídos departamentos de atendimento ao público.

Vale salientar que o referido imóvel foi, anteriormente, doado pelo próprio Município de Inácio Martins ao Governo do Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 580/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Inácio Martins o imóvel referente ao lote nº 07, quadra nº 15, com área total de 340 m2, sendo 161,00 m2 de área construída, matriculado sob nº 2909, no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Irati.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Inácio Martins, para instalação de órgão de fiscalização municipal, em convênio com o Estado do Paraná, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com

as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Inácio Martins um imóvel situado na sede daquele município, para ali ser instalado um órgão de fiscalização municipal, em convênio com o Estado do Paraná.

Vale salientar que o referido imóvel foi, anteriormente, doado pelo próprio Município de Inácio Martins ao Governo do Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, hoje, inicialmente para, em nome da nossa Bancada do PMDB, manifestar a nossa solidariedade ao movimento que acontece no Paraná, na Capital do Estado, onde trabalhadores do Movimento Sem Terra, onde trabalhadores de outros segmentos do Estado do Paraná, também funcionários públicos, realizam um ato público, iniciado pela manhã, no Parque Barigüi, depois defronte à Catedral Metropolitana, e agora defronte ao Centro Cívico, e mais ao final da tarde, na Boca Maldita.

Tem o movimento a nossa solidariedade, o nosso apoio, e certamente atingirá os objetivos pelos quais ele foi idealizado: que é de chamar a atenção das autoridades constituídas para o problema da Reforma Agrária, para o programa da Reforma Agrícola, para a necessidade de programas que venham de encontro às necessidades dos produtores rurais. Programas que venham de encontro às necessidades de moradia, que venham de encontro ao melhor salário para o trabalhador rural.

E neste movimento que hoje acontece, uma das reivindicações, evidentemente, que está sendo colocada, é com referência à implantação do Fundo Estadual de Apoio à Agricultura Fami-



liar. Já temos um projeto tramitando nesta Casa, de autoria do Deputado Péricles e de mais 21 Srs. Deputados; já tivemos reuniões na última quinta-feira e na última segunda-feira, para debater este assunto. E estamos no aguardo de que seja agendada audiência com o Governador Jaime Lerner, para que possamos, os Deputados Líderes desta Casa, conforme proposta do Líder do Governo, comparecer à presença do Governador e debater a implantação do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar, e debater com ele, também, as questões ligadas à securitização das dívidas do Programa Panela Cheia, que é bom que se diga, foi um programa muito bem idealizado, muito bem conduzido.

Mas, no momento em que as dívidas foram securitizadas, o Banco do Estado não agiu respeitando a equivalência/produto. Agiu de forma diversa, aplicando as correções, as taxas, as multas normais, como se o programa fosse um programa normal de crédito rural, e não um programa com uma visão especial, como era o Panela Cheia, através da equivalência mínima.

Então, estamos aguardando a audiência, anteriormente prometida para terça ou quarta-feira, possa acontecer, quem sabe, amanhã, ou quem sabe, ainda nesta sexta-feira, para debatermos esses dois assuntos.

Mas, também venho à tribuna, para dizer aos senhores e pedir o apoio de Vossas Excelências, a dois requerimentos. Os dois pedindo a transcrição, nos Anais da Assembléia, de pronunciamento da lavra do Senador Osmar Dias. O primeiro deles, um pronunciamento feito em 25 de agosto de 97, que trata da preocupação que tem o nosso Senador Osmar Dias, com o efeito "El Niño" no nosso Estado. Os prejuízos que poderão acontecer em função da presença desse efeito climático, que já vem assolando, não só o nosso Estado, mas o mundo inteiro já vem causando, vamos dizer assim, causando os constrangimentos à população, e os prejuízos à nossa agropecuária.

Então, é um pronunciamento que entendo ser da maior importância, e fique registrado nos Anais da Assembléia.

O segundo requerimento, é o pronunciamento feito na semana passada, também pelo nosso Senador Osmar Dias, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, que foi criado pela Organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação, e sem sombra de dúvida, o discurso que fez o Senador Osmar Dias nesta data comemorativa, é uma peça de oratória das mais impor-

tantes, e que deve ser conhecida por todos.

Por esta razão, estamos solicitando que a Assembléia Legislativa registre em seus Anais o discurso do Senador Osmar Dias sobre o efeito "El Niño", e sobre o Dia Mundial da Alimentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao PFL. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro, para registrar a presença de uma das maiores apresentadoras da televisão deste Estado, minha querida Mafalda, que apresenta, através da Rede Bandeirantes, o programa de maior audiência da história da televisão brasileira, do Paraná, que comemora, no dia 31, 19 anos de jornalismo. E dia 31, a maior apresentadora da televisão brasileira do Norte do Paraná, que tem o programa na Rede Bandeirantes, com o maior índice de audiência da história do Norte do Paraná, vai receber mais de 3 mil convidados, num jantar. E este aniversário, do Programa Mafalda Mulher, vai ser transmitido em Rede Nacional, por todas as emissoras da Rede Bandeirantes de Televisão.

Em nome da nossa querida Mafalda, orgulho da mulher brasileira do meu Estado, na televisão, ela que defende os direitos da mulher, ela que defende a família brasileira do meu Estado, convindo, em nome dela, todos os Srs. Deputados, para estarem presentes no Iate Clube, no dia 31, nesta festa. Ela se sentirá muito orgulhosa de receber o Parlamento do meu Estado, que é considerado, hoje, o melhor Parlamento do Brasil. O Parlamento mais produtivo do Brasil.

Tenho certeza, que tanto a Mesa, como todos os Srs. Deputados, estão sendo convidados para participar desse jantar, que será transmitido pela primeira vez, em Rede Nacional, mostrando o que é a Televisão Bandeirantes do Norte do Paraná, a nossa TV Londrina, na Cidade de Londrina, a segunda cidade mais importante do meu Estado.

Que fique registrado nos Anais desta Casa, a presença dessa ilustre apresentadora, dessa ilustre jornalista, que muito dignifica a mulher brasileira do meu Estado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Deputado Orlando Pessuti, ouvi atentamente o pronunciamento de Vossa Exce-



lência. Não concordo com Vossa Excelência, concordo com Vossa Excelência com o dinamismo que Vossa Excelência tem no coração e na alma. Quando Vossa Excelência, o Deputado Toti Colaço, o Augustinho Zucchi sobem naquela tribuna, para defender o municipalismo, defender os verdadeiros sem-terra deste Estado, Deputado Orlando.

Porque é muito fácil o senhor falar em dar terra, mas se não tem o financiamento, qual é o Banco, Deputado Orlando Pessuti, que vai financiar um sem-terra? Quem é que vai financiar um trator? Quem é que vai financiar o adubo, meu Deputado Toti Colaço. Vossa Excelência, que já foi Prefeito, e sentiu nas entranhas, sentiu na carne como é difícil administrar, como é difícil montar uma Secretaria da Agricultura, para que o pequeno agricultor tenha direito de atender o Banco do Estado do Paraná, o Banco Itaú, o Banco BRADESCO. Quem é que vai financiar o sem-terra que vai entrar num pedacinho de terra? Não concordo.

Concordo, quando o Deputado Orlando, quando este Parlamentar vai à tribuna, aqueles, que com o suor compraram a sua terra, estão plantando, estão edificando. Concordo quando o Deputado Orlando faz aqui simpósios da mais alta categoria e dá a sua vida.

Por isso, tenho certeza que Vossa Excelência tem que voltar para esta Casa no ano que vem, para mostrar o seu trabalho em defesa da agricultura do Estado do Paraná.

Agora, Deputado, recebi à uma hora da manhã, uma fita anônima, não sei quem deixou. Passeio para o Departamento de Jornalismo da Rede Independência, porque a fita me deu medo, e não é mentira! E agora, as televisões estão atrás dessa fita, não sei se foram enviadas para as outras emissoras de televisão.

E concordo com o pronunciamento do Deputado Rosinha. Parece-me que na CBN, que ele não concorda com os picaretas que estão aí para fazer balbúrdia, diz que vão invadir o Palácio, invadir o Tribunal de Justiça, invadir a Assembléia. Não é por aí, pela violência, não é por aí. É pelo diálogo. E a responsabilidade da Reforma Agrária é de Brasília, não é a Assembléia Legislativa, que tem poderes para resolver o problema dos sem-terra. Não era o Governador Ney Braga, o Governador Jaime Canet, o Governador Álvaro Dias, de saudosa memória, Governador Requião ou do Governador Jaime Lerner, ou eu, o Deputado Valdir Rossoni, que temos que dar terras. Não, o problema é de Brasília. Eles que lavem a cara,

tirem a máscara e façam uma Reforma Agrária com decência, com moral, com respeito, com honra, com lealdade e com dignidade, aos verdadeiros sem-terra, e não àqueles que pegam terra para fazer picaretagem, para vender para terceiros, como disse o Deputado Rosinha, para vender para terceiros.

Agora, veja bem, Deputado Romanelli, recebi uma fita, hoje, e estou apavorado. Por menos, em 64 houve um golpe neste País, quando eu era MDB. Ajudei a fundar o MDB neste Estado. Corri com o MDB todo o Estado do Paraná, junto com o Heitorzinho de Alencar Furtado, junto com o Senador José Richa, junto com o ex-Deputado Nelcieu, junto com o Álvaro, junto com o Belinati, junto com o Alencar Furtado, com outros grandes líderes, corri o Paraná, apresentando o Ulisses Guimarães, quando ele era candidato à Presidência da República.

Vejam bem, senhores, a fita, Romanelli, que recebi hoje pela manhã, a fita foi feita com uma máquina, não sei vocês se lembram daquela tragédia da Polícia que matava os inocentes, lá no Rio de Janeiro, que um cidadão colocou na máquina para filmar, colocaram uma máquina para filmar numa reunião do Movimento dos Sem-Terra, em Querência do Norte.

Romanelli, quase cai duro, um trecho que conseguimos aproveitar, que passei na televisão, um líder, não sei quem é esse cidadão, nunca o vi em nenhuma televisão, ele dizia o seguinte, aquela massa humana, Deputado Horácio, me apavorei - vejam bem, senhores, o que estou dizendo aqui é de muita responsabilidade - ele dizia: "nós do Movimento, vamos derrubar o Governo do Brasil. Ou vamos derrubar com a força da foice, ou vamos derrubar na bala, com revólver, com metralhadora. Esta bandeira do Brasil, vamos rasgá-la e fazer uma bandeira nova, e vamos colocar a estrela do comunismo, a estrela vermelha".

Romanelli, meu Deputado Romanelli, o que diziam na fita, está à disposição dos senhores. Diziam que vão invadir as instituições sérias, dizem que vão espancar, vão tomar na marra, vai ser na bala, que eles querem derrubar o Governo de qualquer jeito. Foi a coisa mais impressionante que vi na minha vida, a fita gravada num acampamento de Sem-Terra.

Mas, não vi ali os líderes verdadeiros dos Sem-Terra, Deputado Pessuti. Pode ser ali, algum cidadão que por conta própria quis agredir a Constituição do meu País, quis agredir a bandeira do meu País, Deputado Pessu-

ti, quis agredir as instituições sérias do meu País, quis agredir este Parlamento, quis agredir o Congresso, o Senado, quis a democracia, e com essas imagens, Deputado Pessuti, sinto o vento das Araucárias, sinto o vento da farda verde, sinto o vento de um golpe militar.

Por muito menos, Deputado José Maria, Vossa Excelência se lembra, meu Deus, que em 1964, por muito menos, numa homenagem a Che Guevara, o senhor se lembra, aquela comenda, houve um grande golpe neste País.

Então, temos que repensar, Deputado Romanelli. Movimento Sem-Terra sério, não precisa propagar essa estupidéz, essa violência contra a democracia brasileira.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado Luiz

Carlos Alborghetti, quero, inicialmente, agradecer, não só essa, mas a todas as manifestações de apreço que Vossa Excelência tem colocado, em relação ao nosso trabalho na defesa dos agricultores do Estado do Paraná, na defesa da agropecuária do nosso Estado.

Realmente, temos procurado, neste Parlamento, nestes 15 anos que estamos aqui, sem um dos porta-vozes da agricultura e da pecuária do nosso Estado, porque afinal de contas, temos uma origem no meio rural, somos nascidos no meio rural, moramos e trabalhamos numa propriedade rural, temos formação da medicina veterinária, somos extensionistas da EMATER, e evidentemente, não poderíamos, nesta Casa, deixar, de forma alguma, de ter uma atuação voltada ao setor agropecuário, como a exemplo de Vossa Excelência, que tem uma tradição, um trabalho na área de Segurança Pública, também nesta Casa faz um trabalho maravilhoso em favor da Segurança Pública do nosso Estado.

Vossa Excelência nos conhece, e sabe que também não defendemos, não apoiamos qualquer iniciativa, seja do Movimento Sem-Terra, do Movimento Nacional de Produtores, da Polícia Civil, militar, seja dos médicos, dos veterinários - que represento, seja dos engenheiros agrônomos, dos Deputados, qualquer movimento que possa contrariar a ordem, que possa contrariar os princípios da legalidade, que possa contrariar, enfim, aquilo que a legislação estabelece, e que a nossa constituição estabelece.

É evidente que em qualquer movimento existem pessoas que se infiltram para tentar tirar proveito pessoal, e muitas vezes tentar tirar pro-

veito eleitoreiro. Agora, tenho que reconhecer, que em meio às pessoas que participam do Movimento Sem-Terra, a exemplo daqueles que participam do Movimento Nacional de Produtores, que no Paraná, tem à frente o nosso amigo, o Deputado Eduardo Baggio, de Paranavaí, que existem pessoas com a melhor das intenções, no sentido de solucionarmos o problema da Reforma Agrária, que é um problema que existe e que não podemos ignorar, é talvez hoje, mais um problema social, do que um problema de produção, do que um problema de geração de riquezas, de geração de divisas, de geração de excedentes para exportação. O assentamento, a Reforma Agrária, pessoalmente, vejo neste momento, mais como uma questão social, no sentido de resolvermos um problema que aí está.

Todos nós, aqueles de boa fé e de boa intenção, sejamos Parlamentares, sejamos integrantes do Movimento Sem-Terra, sejamos integrantes da UDR, do Movimento Nacional de Produtores, sejamos integrantes do Governo do Estado ou fora do Governo do Estado, todos aqueles, que como nós, têm boa fé e boas intenções, queremos realmente ver solucionado o problema da política agrícola deste País, porque se não tivermos uma verdadeira política agrícola neste País, se continuarmos assistindo a falta de apoio que tem o setor agropecuário, veja por exemplo este pronunciamento do Senador Osmar Dias, que fez alusivo ao Dia Mundial da Alimentação, ele compara, por exemplo, a França, que tem um território muitas vezes menor que o nosso, e lá, uma vaca tem um subsídio que se compara à renda "per capita" de um cidadão brasileiro.

Temos que apostar mais na agricultura. Temos que apostar na pecuária. Nós que viajamos de carro por este Paraná afora, cansamos de verificar áreas e áreas que não estão sendo exploradas dentro daquilo que deveria, do seu potencial. Agora, temos que reconhecer que as dificuldades do setor produtivo são grandes.

Disse, no programa de televisão, na última sexta-feira, quando estive lá debatendo com o líder do Movimento Sem-Terra, e com a Superintendente do INCRA, que questiono muito este enfoque, que se dá para caracterizar uma propriedade como improdutivo. Sabemos da crise que passou a agricultura nos últimos 2, 3 anos. Este ano se recuperou um pouco, mas a descapitalização que foi levado o produtor rural, ele terá que ter 4, 5, talvez 10 anos para readquirir todo o seu potencial de in-

vestimentos, e tornar aquela propriedade plena, em termos de produtividade.

Basta, muitas vezes, morrer o chefe da família o pai, para que esta propriedade, num processo de inventário, não venha a ser explorada a contento e torne-se uma propriedade improdutiva. Uma doença na família pode levar uma propriedade a ser improdutiva. Então, temos, com muita clareza, consciência daquilo que queremos. Queremos uma política agrícola, defendemos, antes da distribuição simples da terra, o comodato de terras em 1983 neste Parlamento, quando escrevemos a Lei Agrícola do Paraná, em 1992, defendemos que se instituisse o Crédito Fundiário, para que a pessoa pudesse comprar a sua área de terra, aonde quisesse, e ali desenvolvesse a sua atividade.

Então, longe de nós, defendermos aqueles que querem a balbúrdia, que querem a bagunça, que querem a agressão, que querem a morte, que querem qualquer coisa. Queremos a produção, queremos a paz no campo e queremos, sim, que os verdadeiros produtores rurais possam ter apoio do Governo e de todos nós.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Peço desculpas a Vossa Excelência, peço perdão, não soube me expressar.

Não é que não concordei com o pronunciamento de Vossa Excelência. Concordei, mas prefiro o Deputado Orlando Pessuti, defendendo a agricultura do meu país, prefiro o Pessuti que conheço, que dá a sua vida, deixa a sua família e vive correndo este Paraná, defendendo os verdadeiros agricultores deste país. É este o Pessuti que respeito, é este o Pessuti que admiro.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Alborghetti, assisti seu programa, hoje, como aliás faço quase que diariamente, sempre que possível, e também vi a fita que Vossa Excelência se refere, e claro, como poderia concordar com aquilo. Se por um lado, sou alguém que tem uma vida em que por diversas vezes tenho demonstrado a minha solidariedade com os excluídos, seja da cidade ou do campo, e há que se reconhecer que a reforma agrária no nosso país é uma questão fundamental, até para a geração de empregos. Há que se reconhecer que o Estado do Paraná, infelizmente, é hoje o Estado com maior conflito em todo o país.

Não há nenhum país aonde a situação esteja tão difícil como no Paraná, nenhum Estado. Por que? Porque aqui não temos comando. Infelizmente, o Governador não exerce, do ponto de vista constitucional, as suas atribuições. Ora ele é frouxo com os fazendeiros, ora, na verdade, ele não exerce a autoridade.

Então, veja bem, Vossa Excelência, acho que o seu pronunciamento, concordo com ele nas questões que devem ser preservadas atualmente, as instituições e o respeito à bandeira nacional, ao hino do nosso país, enfim, mas fundamentalmente é o seguinte, a causa do Movimento Sem-Terra, dos trabalhadores rurais sem-terra, é uma causa extremamente justa, Deputado Alborghetti. Há terra improdutiva no Paraná e muita terra que se o Governo agisse e topasse a proposta do INCRA, muito rapidamente podia fazer o assentamento dessas famílias, e se não resolvêssemos, pelo menos diminuiríamos muito o problema, e certamente não veríamos mais as cenas que temos visto na televisão, que nos envergonham a todos.

Então, acho que Vossa Excelência, no sentido do seu pronunciamento, está correto. Agora, que a causa do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra é justa, isto é, é muito justa mesmo.

Agradeço Vossa Excelência, por ter me concedido este aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Gosto de Vossa Excelência como homem da habitação.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite-me um aparte, Deputado Alborghetti?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Já vou encerrar...

O Sr. Valdir Rossoni - Cedo-lhe o horário do PTB, se Vossa Excelência quiser.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Respeito Vossa Excelência como homem da habitação, porque durante a sua gestão, realmente vi, sou testemunha ocular do que Vossa Excelência plantou para os sem-terra no meu Estado, e Vossa Excelência sabe disto. Agora, não é o meu Governador, não seria o Governador Requião, não seria Jaime Lerner, não seria Ney Braga, não seria ninguém no meu Estado que iria resolver o problema da reforma agrária. Quem tem que resolver o problema da

reforma agrária neste país, são os "senhores feudais" que estão instalados em Brasília.

Para isto, Deputado Romanelli, teríamos que eleger, na próxima legislatura, homens com ideais, com sonhos, com grito de alerta que saia das suas entranhas, mas que não fique preso nesse concreto, nessas armações maravilhosas, que saia através das portas e adentre os corações das famílias brasileiras do meu Estado e do meu País.

Brasília tem que resolver o problema da Reforma Agrária neste país, da mesma maneira como Vossa Excelência plantou o teto para o sem-teto, porque dar terra e não ter financiamento, não ter adubo não ter semente, não ter nada, como é que se vai produzir? Como é que se vai dar alguma coisa? O que ele vai plantar?

Esta é a minha filosofia. Não tenho nada contra. Quem quiser ser sem-teto, sem-remédio, sem-chinelo, sem-aids, com-aids, qualquer movimento que o "diabo que o carregue", neste país.

A Assembléia do Paraná não é culpada disso, não. O Governo do meu Estado não é culpado por isso, não. Isso vem de longe, Deputado Romanelli. Vossa Excelência plantou casas. Outros Estados não têm casas. Estamos plantando casas também no Paraná. Outros não estão. O problema não é nosso.

Temos que resolver os problemas na próxima eleição. Gostaria até de dar um conselho a Vossa Excelência, que é meu particular amigo. Vejo em Vossa Excelência um grande Deputado Federal, para defender a habitação deste Estado, em Brasília.

Concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni** - Quero cumprimentá-lo pelo ótimo pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo.

Só quero entrar no aparte do Deputado Romanelli, quando ele diz, que às vezes o Governador é frouxo com os sem-terra, outras com os proprietários.

Só quero dizer aqui, que o Governador tem tido todo o cuidado com essa questão social. Tem agido de uma forma democrática, e até o presente momento, o Governador Jaime Lerner e o seu Governo não têm se furtado, em nenhum instante, a participar de debates e reuniões, para discutirmos a reforma agrária.

Não temos nenhum medo de discutirmos a reforma agrária, porque somos um único Estado brasileiro que tem um

programa voltado para a reforma agrária.

Quando Vossa Excelência fala da questão das Vilas Rurais, de uma forma diferente, de uma concepção diferente, mas que vem de encontro aos paranaenses, àqueles que estão sem casas. Quero dizer a Vossa Excelência que até o final do Governo Jaime Lerner, com a implantação de 400 Vilas Rurais, que queremos terminar até o final do ano que vem, vamos atender 100 mil paranaenses.

Quanto à questão de querer envolver a imagem do Governador, dizer que ele é frouxo, não se pode misturar a questão de frouxo com a questão da democracia, a maneira de proceder, coerente, pacata, como o Governador Jaime Lerner age.

Talvez, o Deputado Romanelli esteja misturando, querendo fazer comparativos. Eu, na vida, ajo muito em cima de comparativos. Vejam o que aconteceu no Governo Requião, e é oportuno para ser lembrado: o Governador Requião, que se diz ser um homem valente, corajoso - eles dizem, nós não - muitas vezes, ele deixou de agir democraticamente, e quando agiu, o fez de uma forma violenta, que produziu eventos e fatos lastimáveis.

Quero dizer a Vossa Excelência, que a forma de tratar essa questão social grave, é uma forma totalmente diferente. A responsabilidade dessa questão está em Brasília. O importante, Deputado Alborghetti, que o único Estado e este País é governado por governadores.

Só para encerrar, queria dizer o seguinte: existem governadores do PMDB, do PSDB, do PT, mas o único Estado brasileiro que tem um programa, é o Estado do Paraná.

Então, não temos nenhum medo de discutir a questão da reforma agrária, e da forma como tratamos este problema social.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI** - Só para finalizar, para que não haja debate entre o meu amigo Romanelli - que conheço, que é um tremendo terror na tribuna - e do outro lado, Valdir Rossoni.

Paz. O momento é de paz e reflexão, não de guerra.

Dizia, outro dia, que as Vilas Rurais eram pequenininhas, mas as casinhas que o Deputado Romanelli fez também eram pequenininhas. Vi as casas, eram pequenininhas, achei lindas. As casas eram pequenininhas, bem feitas, bem elaboradas, e davam o direito de se morar. As nossas Vilas Rurais

são pequenininhas, mas são bem feitas, e também dão o direito do trabalhador rural plantar.

Chega, acabou!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo à Casa, a todos os companheiros, que Vossas Excelências possam, durante o dia de hoje e amanhã, enviar, particularmente, através de seus gabinetes, telegrama ou fax para o Presidente do Senado da República, e para os demais Senadores, solicitando para que ele interfira e exclua de vez, a parte dos municípios, com relação ao FEF.

Há um clima, no Senado da República, que o próprio Presidente não está de acordo, que continue sendo tirado do Fundo de Participação, essa parcela, através do FEF.

Fiz ontem, através do meu gabinete, mas gostaria que todos os demais Deputados pudessem fazer, principalmente ao Presidente do Senado, porque no momento em que ele sentir esta manifestação dos Deputados do Paraná, ele tem tomado medidas que têm surpreendido a todos nós, e este é o momento de sensibilizarmos o Senado da República, para que ele possa excluir de vez a parte do Fundo de Participação dos Municípios com relação ao FEF.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confor-

me avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/97, de autoria do Deputado Hi-dekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Sinai de Assistência Social, Educacional, Cultural e Desportiva, com sede e foro na Cidade de Terra Roxa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/97, de autoria do Deputado Dulio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Comunidade de São Miguel - Fraternidade, com sede e foro no Distrito de São Miguel, Município de Toledo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com sede e foro no Município de Rebouças. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, com sede e foro na Cidade de Umuarama. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/97, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades sejam utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicas, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 KWH (COPEL). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J..**

PROJETO DE LEI Nº 523/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a

efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades sejam utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kWh.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que apresentarem sazonalidade de consumo, as que não estiverem ocupadas e as que não se caracterizarem como residência permanente e, a partir de 01.10.97, também os consumidores residenciais urbanos que não pertencerem à subclasse "residencial baixa renda", conforme definido na Portaria nº 190/96, de 31.05.96, publicada em 07.06.96, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art. 2º - O ressarcimento às concessionárias de energia elétrica situadas no Estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no art. 1º será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado do Paraná. Os procedimentos inerentes a essa operação serão realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º - O ressarcimento referido no art. 2º desta lei, aplica-se a partir dos faturamentos relativos aos consumos do mês de abril de 1996, inclusive.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões, em 09.10.97.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 523/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, nascido da Mensagem Governamental nº 61/97, do Poder Executivo, o qual objetiva obter autorização para proceder o ressarcimento às empresas concessionárias de energia elétrica, do valor correspondente à energia monofásica utilizada por consumidores, das áreas urbana e rural, para fins residenciais e desde que inferior a 30 kWh ao mês.

A medida proposta decorre da decisão tomada em Assembléia Geral Ordinária da COPEL, para atender compromisso assumido pelo Sr. Governador do Estado, e terá efeito retroativo ao mês de abril de 1996, propiciando que seja regularizado o déficit de receita que se verifica na concessionária, em razão da quitação das faturas de fornecimento de energia elétrica, sem ingresso do respectivo numerário.

O benefício que se concede, como não poderia deixar de ser, em respeito ao princípio fundamental da igualdade, será estendido as demais concessionárias estabelecidas neste Estado (Rede Companhia Força e Luz do Oeste - Guarapuava e Companhia Campolarguense de Eletricidade - Campo Largo), muito embora a concessionária de serviço público de energia elétrica, cujo capital majoritário pertence ao Estado do Paraná, seja apenas a COPEL.

Não obstante a conveniência e oportunidade da mensagem apresentada à Casa e o seu caráter de justiça social, retificação deverá ser procedida de forma a que não se estabeleça, por outro lado, tratamento desigualitário entre o consumidor que é inquilino e aquele que é proprietário do imóvel.

Para tanto e na forma de emenda anexa, deverá ser substituído, em seu artigo 1º, o termo "...propriedades" por "imóveis".

Isto posto e ausentes quaisquer óbices de natureza constitucional, legal ou regimental, esta Comissão manifesta seu parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

#### EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 523/97

Substitua-se no artigo 1º do Projeto de Lei nº 523/97, o termo "propriedade" pelo termo "imóvel", conforme a seguir:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujos "imóveis" sejam utilizados para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kWh.

Sala das Comissões, em 14.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governador é de caráter social e beneficia o pequeno consumidor, todavia, para evitar tratamento desigualitário entre o consumidor que é proprietário do imóvel onde reside e aquele que é apenas inquilino, faz-se necessária a substituição do termo "propriedade" por "imóvel", uma vez que esta palavra alcançará, genericamente, tanto aqueles imóveis objeto de locação, quanto aqueles ocupados por seus respectivos proprietários.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 523/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/97, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades seja utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kwh.

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável, como emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, entendemos não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com a inclusão da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Deputado Luiz Carlos Zuk e demais Deputados, vou votar favorável a esse projeto, embora acredite que o Governo encontrou um péssimo mecanismo para poder subsidiar famílias de menor renda, na questão específica do pagamento da sua conta de luz.

Na verdade, a própria concessão que a COPEL possui, como empresa pública que presta relevantes serviços ao Paraná, ela poderia ter instrumentos e mecanismos legais que ela própria dispõe e a própria concessão, para poder beneficiar esses moradores, enfim, esses cidadãos que não têm condições de pagar a sua conta de luz. A conta vai ficar para o conjunto dos contribuintes, quando na verdade, poderia ficar para o conjunto dos consumidores da própria Companhia Paranaense de Energia, até porque a planilha permitiria fazer esse tipo de ação.

Então, acho que do ponto de vista para o Estado do Paraná, é um mal negócio, agora, voto, porque certamente não vou votar contra o povo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Agradecemos o apoio e o voto do ilustre Deputado Romanelli, mas este é um projeto de grande alcance social.

O que me admira, é que o Deputado vota favorável e dá sugestões que teria mecanismos melhores para se atender esta população.

Então, tivemos aqui todo o mecanismo desse projeto na Casa, e o Deputado poderia simplesmente ter apresentado emendas, e que naturalmente se fosse com essa abrangência com que ele está falando, iríamos acatar e aprová-las.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto 523/97.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Projeto **aprovado**.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2486, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2469, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2470 e 2472, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados**. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2473, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado**. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2474, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2475, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2477 e 2478, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2482, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.



Requerimento nº 2483, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2484, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2485, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, com apoio do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.**

Concedo a palavra ao Deputado Takayama, para fazer referência ao seu requerimento.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Sr. Presidente, quero agradecer a Vossa Excelência a oportunidade que me dá para justificar esse requerimento, que ora dei entrada à Mesa.

Recentemente, o Líder dos Sem-Terra fez uma declaração em uma emissora, que foi amplamente divulgada por alguns jornais, a respeito do depoimento desse líder, chamado Líder dos Sem-Terra, Sr. Steveli.

Sabemos, hoje, que há uma enorme defasagem na questão de terras, com relação aos trabalhadores rurais, pessoas que gostariam de ter uma oportunidade para o trabalho, e para produzir na nossa terra. Mas também sabemos, que existem inúmeras pessoas infiltradas nesse Movimento, trazendo prejuízos sérios aos legítimos movimentos reivindicatórios.

Estamos sabendo, por exemplo, que diversas pessoas que se infiltram no Movimento Sem-Terra, quando ganham as terras, procuram apenas as terras que possuam árvores, como pinheiros, para derrubarem os pinheiros, venderem a madeira, para depois abandonarem essas terras.

Gostaria, neste instante, Sr. Presidente, de fazer a leitura do pronunciamento do Sr. Stedile, da Rádio Educadora de São Luiz do Maranhão, do Movimento Sem-Terra - ele que excluiu a sem-terra Débora Rodrigues, por atitudes que não nos competem aqui julgar, mas segundo ele, segundo esse Sr. Stedile, que traz um depoimento altamente discriminatório, diz o seguinte: ele chama o nosso Prefeito de Curitiba - Cássio Taniguchi - de um japonês que não sabe falar português, nem risada ele sabe dar, e se elegeu Prefeito de Curitiba, e que a publicidade na política, transforma o sujeito em sabão de pó, e que as campanhas de publicidade

transformaram os candidatos em meros produtos para serem consumidos".

São palavras, primeiramente discriminatórias, ofensivas, e esse indivíduo, para mim, não conhece o Prefeito Cássio Taniguchi, de Curitiba, não sabe que foi eleito por mais de 1 milhão e meio de votos, e com isso também está dizendo que o povo de Curitiba não sabe votar.

Quando vemos o Prefeito, que em menos de um ano, já tem feito enorme trabalho, quase 200 quilômetros de asfalto em menos de um ano de atividade. Foi considerado o melhor Prefeito das Capitais do Brasil, e o Sr. Stedile vem dizer que o Prefeito não sabe falar. É até possível que isso seja realidade, porque de discurso, tem muita gente e o País está cheio! Aqui está um homem que talvez não saiba falar, mas sabe realizar, com inteligência, provocar as mudanças e transformações que a nossa sociedade precisa.

Por isso, estou enviando à Mesa este requerimento, em ato de desagravo ao Sr. Prefeito de Curitiba, em relação ao Sr. Stedile, pela atitude discriminatória, maldosa, e de pessoa inabilitada para ocupar a função de chamado "líder" do chamado "Sem-Terra".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, não quero aqui nesta Casa me tornar alguém que contradita os requerimentos do Deputado Takayama, por quem tenho o maior apreço. Mas, pediria, até para tomar conhecimento do inteiro teor do requerimento de Sua Excelência, Deputado Takayama, que adiássemos a votação desse requerimento para o dia de amanhã. Nesse meio tempo, poderia, eventualmente, tomar conhecimento, e votar ou não a favor, que também sou contra qualquer tipo de discriminação. Pediria para discutir esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Lamento informar ao ilustre Deputado Romanelli que o requerimento já foi votado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Gostaria de solicitar a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela posição democrática da Mesa, solicito verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento. **Requerimento aprovado, com voto contrário do ilustre Deputado Romanelli.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Gostaria, se fosse possível, Sr. Presidente, transferirmos a votação desses requerimentos para amanhã, porque já tenho as respostas dos requerimentos e os esclarecimentos.

Então, quero conversar com o Deputado, sobre a retirada do requerimento. Se pudéssemos transferir para amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa delibera de acordo com o pedido, e está transferindo os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declarado encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 334 e 442/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112/96, 405 e 496/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1997.

"Pronunciamento do Senador Osmar Dias, no Senado Federal, que dispõe sobre a subcomissão que analisará sobre as notícias, em relação ao fenômeno El Niño"

Senador Osmar Dias

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

V. Exª tem 20 minutos para o seu pronunciamento, Sr. Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, uma subcomissão criada a partir de um requerimento do Senador Esperidião Amin vai se reunir pela primeira vez. Trata-se da subcomissão que vai analisar a procedência dessas notícias alarmantes que nos traz a imprensa, nos últimos dias, referentes ao fenômeno climático chamado El Niño. Tem sido com insistência que a imprensa tem publicado que o El Niño provocará, neste ano, graves problemas para a região Sul, com enchentes, consequências mais graves do que as provocadas em 1983, e para o Nordeste uma seca intensa, que deve prejudicar qualquer perspectiva de plantio da próxima safra.

No último sábado, estive em União da Vitória, Município do sul do Paraná. Lá as notícias já causam pânico na gente que vive em volta do rio Iguaçu e, sobretudo, naquelas cidades cujo centro está apenas a 11,5 metros acima do nível do rio.

Isso significa, Sr. Presidente, que, se as consequências do El Niño anunciadas pela imprensa forem mais graves, maiores do que as provocadas em 1983, poderemos ter uma catástrofe no Município de União da Vitória e nos Municípios que margeiam o rio Iguaçu e outros rios que cortam Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o próprio Paraná. O sul do País, segundo as previsões, será assolado por uma chuva quase constante, que deve começar em novembro e durar até abril do ano que vem. Se lá as enchentes é que preocupam, no Nordeste é a seca.

Portanto, Sr. Presidente, como o Senado já está reunindo a sua subcomissão - não vamos poder evitar que ocorra o El Niño -, é preciso que preparemos medidas preventivas contra as consequências visando a amenizar o

drama das famílias que, sem dúvida alguma, preocupam-se neste momento e poderão sofrer muito se as previsões se concretizarem.

Sr. Presidente, no ano de 1983, houve no Paraná uma consequência muito dramática: milhares de famílias foram desabrigadas. Os primeiros sintomas de que estas previsões poderão se concretizar já começam a ocorrer: nas Filipinas, são 60 mil os desabrigados pelas chuvas provocadas pelo El Niño naquela região. Em outros países - como China e Taiwan - há também chuvas em excesso já nesta época do ano.

Sem nenhuma dúvida, teremos que nos preparar. Assim como o Senado, os Governos Estaduais e o Governo Federal deveriam instalar, desde já, uma Comissão para começar a analisar se estas previsões são baseadas em fatos reais ou não deverão se concretizar. Se não se concretizarem, Sr. Presidente, melhor para nós todos. Mas e se elas vierem? E se o El Niño provocar, realmente, as enchentes que estão sendo anunciadas para o sul do País e a seca que está sendo anunciada para o Nordeste? É preciso que haja uma preparação dos Municípios, do Estado e que as autoridades comecem a tomar providências para amenizar o drama que pode afetar a nossa agricultura. Portanto, sugiro ao

Ministério da Agricultura, ao Ministro Arlindo Porto, que já constitua uma Comissão e comece a estudar as consequências no caso de as previsões se concretizarem.

O El Niño, para que possamos entender, ocorre em função do aquecimento das águas do Pacífico, que estão mais quentes 5 graus: a temperatura normal é de 24 graus, e hoje é de 29 graus, 5 graus acima. A alteração faz com que as chuvas que deveriam ocorrer na Ásia em função dos ventos, que empurram a temperatura mais quente a partir do oceano, caiam antes no próprio oceano, provocando tempestades marítimas e consequências que mexem com o clima de todo o planeta. Se as consequências serão mais graves do que as de 1983, é bom que o Governo Federal comece a se preparar, não apenas o Ministério da Agricultura, mas os coordenados pela Casa Civil - os Ministérios que envolvem, inclusive, o abastecimento da energia elétrica, de petróleo e de alimentos - para que possamos, enfim, tomar já todas as providências e traçar estratégias. Se ocorrer, estaremos preparados.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB-PB) - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) - Concedo-lhe o aparte com satisfação, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB-PB) - Ouço V. Ex<sup>a</sup> com atenção, justamente quando adverte todos nós - o Senado, o Governo, a Nação - não só para a possibilidade de novas enchentes no sul, mas de novos períodos de estiagem no nordeste e solicita medidas preventivas, o que seria de se esperar, evitando-se que depois, ao remediar o problema, o Tesouro tenha que arcar com muito mais recursos. Refiro-me, especificamente, à região Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> situou a questão da seca e a possibilidade de essa voltar a acontecer dentro de pouco tempo, segundo previsões. Temos um projeto que foi colocado e debatido, o chamado Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o semi-árido, que abrange, sobretudo, quatro Estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que seriam os mais atendidos, desde que esse projeto viesse a ser executado. No Governo Itamar Franco, quando era Ministro da Integração Regional Aluizio Alves, avançou-se muito na discussão desse problema, até diria que de forma açodada, porque naquela época, não sei se pelo entusiasmo nordestino do então Ministro da Integração Regional, quis-se, inclusive, vencer etapas de uma hora para outra, o que era inteiramente impossível. Mas o fato é que o ex-Presidente Itamar Franco, ao deixar o Governo, assegurava-me que a única providência que faltava para que fosse começada a obra era o término do projeto de impacto ambiental que estava a cargo do Ibama e que, no mais, estava tudo equacionado em relação ao projeto e ao financiamento externo por intermédio do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, conforme fosse o caso. Enfim, as notícias eram as mais alvissareiras. Sabemos, entretanto, que desde aquela época surgiram

divergências regionais em outros Estados, como é caso da Bahia, que acha, ou pelo menos achava naquele tempo, que as águas do rio São Francisco ainda deveriam ser mais utilizadas para prover projetos de abastecimento de água e, sobretudo, de irrigação naquele Estado. Com isso foi-se atrasando a solução do problema e veio o Governo Fernando Henrique Cardoso. O atual Presidente da República assegurou-nos, a nós, nordestinos de todos os Estados, que o seu propósito era o de continuar a idéia desse projeto. O atual Secretário Especial de Políticas Regionais, Fernando Catão, recebeu luz verde de Sua Excelência para terminar os últimos estudos, o que já foi feito. Para surpresa nossa, visitou a paraíba o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, S. Ex<sup>a</sup> declarou que havia grandes dificuldades para a realização da obra. Estou abordando o problema para que V. Ex<sup>a</sup> veja como é difícil se tomar providência de caráter preventivo e evitar despesas vultosas no futuro. Esse projeto, com o remanejamento e a reformulação que foram feitos, está, segundo me disse o Sr. Fernando Catão, em torno de R\$1 bilhão. Só na última seca do Nordeste, no Governo Itamar Franco, que durou um ou dois anos, foram gastos R\$2 bilhões. Veja V. Ex<sup>a</sup> que é urgente, que o Senhor Presidente da República, o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e as demais autoridades a quem incumbe decidir sobre o assunto reflitam melhor sobre a matéria e procurem executar esse projeto da maior importância não só para o desenvolvimento regional mas para o Brasil. Na medida em que tentamos solucionar a questão da estiagem no Nordeste, estamos resolvendo um problema nacional.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR)** - Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> Senador Humberto Lucena. A transposição das obras do Rio São Francisco foi objeto de estudo de uma Comissão que se instalou no Senado, a qual tive a honra de ser um dos relatores. Evidentemente, apesar dos custos relativamente altos que essa obra da transposição oneraria ao Tesouro da União e aos cofres estaduais, há uma demonstração clara de que este empreendimento é muito necessário porque quando estamos na iminência da ocorrência de um problema climático, de tamanha proporção como é El Niño, que poderá provocar intensa seca no Nordeste, qualquer esforço ou investimento do Governo será importante.

Agora, vendo o nobre Senador Beni Veras, lembrei-me de quando eu era Secretário de Agricultura do Paraná, e o Ministro do Planejamento era o Senador Beni Veras. Recordo-me de uma palestra de S. Ex<sup>a</sup> na Exposição de Esteio, discorrendo sobre essa questão dos recursos hídricos como instrumento de desenvolvimento regional. Lembro-me, até hoje, que o enfoque do então Ministro era exatamente sobre a necessidade de promoverem-se obras estratégicas para provocar o desenvolvimento regional em áreas economicamente deprimidas. Evidentemente é o caso do Nordeste.

Mais ainda, até para administrar melhor duas questões básicas - o abastecimento alimentar e os recursos hídricos -, precisamos definir essas questões que ocorrem esporadicamente, como o problema climático.

Quando se analisa a questão dos recursos hídricos, pensa-se: o Brasil tem água em abundância. Só que 80% dessa água estão na Região Amazônica, atendendo, evidentemente, 5% da população brasileira. Noventa e cinco por cento ficam apenas com 25% da água doce disponível.

Com o alerta vermelho da ocorrência desse problema climático, começamos a pensar no drama. Por isso, obras de infra-estrutura são muito importantes para assegurar o abastecimento regular, estando a situação climática normal ou não.

Portanto, não se pode falar em desenvolvimento equitativo regionalmente se não investirmos em obras de infra-estrutura de recursos hídricos para o Nordeste, que considero de extrema importância para o sucesso de um plano de desenvolvimento nacional. Não dá para falar em desenvolvimento nacional se continuamos com problemas que assolam o Nordeste e que não permitem um desenvolvimento equitativo com o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul.

No momento em que faço esse alerta ao Governo, lembro que também a questão do abastecimento alimentar em nosso País não é tratada com a devida importância. Não pensamos em um programa estratégico de segurança alimentar quando ocorre uma divulgação tão intensa como essa em que a imprensa informa que poderemos ter problemas climáticos e, ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura divulga que vamos ter uma safra recorde. Isso ocorrerá se o clima for propício. Sempre temos uma boa safra quando o clima é bom, pois não contamos com muitos instrumentos de política que permitam a aplicação de um nível tecnológico adequado em nossa agricultura para que haja, inclusive, o aumento da produtividade e a expansão das áreas.

Hoje, há uma preocupação da expansão da produção, muito mais pensando em conquistar áreas no Norte, no Maranhão, em Roraima, no Centro-Oeste. Essas áreas estão disponíveis, mas não se pode abandonar a tese de que temos de investir em tecnologia e competitividade, até mesmo para podermos competir. Não falo em Mercosul, porque, ao nos compararmos com a Argentina, dizemos ter o mesmo índice de produtividade. No entanto, não existe o mesmo custo de produção. Lá, no pampa úmido daquele país, não se aplica um quilo de fertilizante por hectare. Ou seja, não se gasta em fertilizantes. Para que se tenha uma idéia, gastamos - só em insumos para produzir uma tonelada de trigo - o que a Argentina gasta no total de uma tonelada desse mesmo produto. Então, temos custos mais elevados. Por isso, ao planejarmos estrategicamente uma política de segurança e abastecimento alimentar, precisamos levar em conta as dificuldades regionais.

Se o problema dos recursos hídricos no Nordeste é inquestionável, existem outros no Sul do País que também precisam ser olhados pelo Governo. Política agrícola não é apenas o estabelecimento do volume de crédito anual para o custeio da safra e para a sua comercialização. É preciso que o Governo estabeleça uma política de desenvolvimento do interior dos Estados da Região Sul do País para que possamos estancar as migrações - basta verificar a taxa de crescimento de Curitiba para constatar que é muito acima da média brasileira - que ocorrem hoje em função da propaganda que se faz em Curitiba e da dificuldade que estamos tendo de enfrentar o País vizinho na competição do custo de produção em relação à nossa produtividade.

Portanto, Sr. Presidente, faço um alerta para o fenômeno previsto por todos os institutos de pesquisa climática dos Estados Unidos. Embora o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, não reconheça como uma notícia concreta e a própria Embrapa tenha dúvidas, a verdade é que os primeiros sinais começaram a ocorrer: a temperatura da água do Oceano Pacífico cinco graus mais alta que o normal e a temperatura de 33 graus no Sul do País na semana passada. Em Curitiba, a temperatura foi elevadíssima.

Esses são sinais de que já está havendo alterações. Neste momento, é muito importante que tomemos conhecimento disso para nos prepararmos para o que poderá ocorrer no final do ano ou no início do ano que vem e pensarmos numa efetiva política de segurança alimentar para o País, levando em conta as questões regionais. As peculiaridades regionais quase sempre são esquecidas quando se traça uma política global para um País que tem dimensões continentais e climas diferentes. Essas políticas quase sempre esbarram nas dificuldades impostas pelo clima.

Faço esse alerta e anuncio que o Senado, amanhã, graças a Deus, vai reunir-se. Ironicamente, outro dia perguntaram se o Senado iria colocar ventiladores para esfriar a água do Oceano Pacífico. Não! Não vamos poder evitar, Sr. Presidente, o fenômeno. Mas poderemos amenizar o drama com medidas preventivas e estratégicas que nos preparem para o pior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1997.

**"Pronunciamento do Senador Osmar Dias, no Senado, sobre a comemoração do Dia da Alimentação"**

Senador Osmar Dias

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear e comemorar o Dia Mundial da Alimentação, nos termos do Requerimento nº 552, de 1997, do emmente Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o plenário nos dá a exata dimensão da importância que o tema que se comemora hoje mundialmente tem para as autoridades de nosso País.

Estamos a comemorar o Dia Mundial da Alimentação, mais precisamente o 17º Dia Mundial da Alimentação, criado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a FAO, que, por sua vez, foi criada em Quebec, no Canadá, em 1945. Desde lá, promove, não apenas no Dia Mundial da Alimentação mas todos os dias, ações no sentido de levar a todos os governantes e às comunidades do mundo uma preocupação que é grave. Sr. Presidente, a questão da segurança alimentar.

Na última reunião de cúpula, realizada em novembro do ano passado, em Roma, tive a honra de representar o Senado, designado pelo Presidente de então, José Sarney, e indicado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da época, Senador Antonio Carlos Magalhães. Dela participaram 186 países. O Brasil se fez representar ainda pelo Ministro da Agricultura, mas a maioria dos países mandou para lá o seu Presidente ou Primeiro-Ministro, enfim, a autoridade maior do país, pela importância que este tema assume exatamente nos países onde ele poderia ser até considerado um assunto de segundo plano, porque lá não existe o problema da segurança alimentar.

Os países da União Europeia, os Estados Unidos, o Canadá, os países do Oriente, em especial da Ásia, onde o Japão se destaca, estiveram lá presentes para discutir estratégias que pudessem dar ao mundo mais segurança alimentar. E a África, onde a fome é mais intensa, esteve também representada por vários dirigentes de países. Tivemos a oportunidade de, durante cinco dias, debater este tema e traçar estratégias para o futuro.

Considero importante citar, Sr. Presidente, algumas frases do Papa João Paulo II, que lá esteve na abertura. Em quatro ou cinco frases, o Papa resumiu sua preocupação com o tema. Uma das frases que destaquei de seu discurso foi a seguinte:

"Mediante suas intervenções, o homem pode modificar as situações e responder às suas crescentes necessidades".

Trata-se de uma frase de profundo significado. O homem pode, sim, modificar o futuro e mudar o destino de uma Nação, de um Estado, de um Município, de uma comunidade, de uma família. Mas, para isso, tem que querer, precisa ter preocupação com assuntos de extrema importância, como este que estamos a homenagear o seu dia.

A outra frase:

"As políticas demográficas dos Estados devem respeitar a dignidade da natureza humana e os direitos fundamentais das pessoas".

O Papa quis dizer que seria ilusório pensar que arbitrar o crescimento da população resolveria o problema da fome.

E a outra frase que destaquei:

"Preciso contar com o trabalho dos jovens, com os investimentos em pesquisa, a investigação científica e a solidariedade entre os povos".

Essas frases, que destaquei do discurso do Papa João Paulo II, demonstram que aquela autoridade da Igreja Católica se preocupa profundamente com esse tema, porque hoje passam fome no mundo 850 milhões de irmãos nossos. E houve uma distribuição deste mapa - a FAO fez isso exatamente naquela reunião de cúpula -, onde o Brasil participa com um número significativo. Nas estatísticas internas sempre falamos em 32, 35 milhões de brasileiros que estão hoje abaixo da linha da pobreza, ou seja, na miséria e que têm apenas como esperança comer no outro dia, mas que, na verdade, não têm essa segurança.

A Índia é o país que oferece o maior número de famintos, com 350 milhões, o que significa 50% da sua população: um quadro de extrema gravidade num país com uma população que deve suplantar a da China dentro de cinquenta anos, segundo estimativas da própria FAO. Se a proporção de famintos crescer igual à população na Índia, será sem dúvida uma catástrofe!

De outro lado, na China, onde 1 bilhão e 200 milhões de habitantes dividem a comida produzida em apenas 4% da área plantada no mundo (4% para alimentar 25% da população mundial), os números não são tão expressivos assim, quando vamos buscar aqueles que estão passando fome. São 70 milhões - muita gente, é verdade - mas, relativamente à população total, é um quadro menos grave do que o do Brasil, que apresenta um número de 32 a 35 milhões. E, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, cerca de 70 milhões de brasileiros, quase 50% da população, não consomem o necessário adequado de calorias, que seria em torno de 2.400 calorias diárias.

Dentro desse quadro, os Estados Unidos do Presidente Bill Clinton - e pouca gente sabe disso - apresenta um quadro não muito bom, pois 30 milhões de americanos também não têm a segurança de uma alimentação regular todos os dias. E há aquela velha frase, principal tema da Conferência de Cúpula de 72, que diz que, em 10 anos, nenhuma criança deveria dormir com fome e nenhum pai de família deveria se deitar com a perspectiva da falta de pão para o dia seguinte.

Naquela época, em 1972, 400 milhões de pessoas no mundo passavam fome. E agora achamos graça das metas estabelecidas pela última reunião de cúpula, porque hoje há 850 milhões de pessoas passando fome. Portanto, o objetivo era acabar com a fome no mundo, mas ela dobrou em número de pessoas. Agora, a reunião de cúpula diz que não tem capacidade para acabar com a fome nos próximos 15 anos, mas promete reduzir pela metade o contingente de famintos no mundo, ou seja, para 400 milhões.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, acho engraçada essa meta porque lá estavam aqueles que, segundo o Papa, podem mudar os destinos dos seus países, se derem efetivamente atenção e se promoverem investimentos no sentido de resolver o problema, não apenas da produção, mas da distribuição e do acesso.

E aí vem a pergunta: o problema da fome no mundo é um problema de produção e oferta de alimentos? Não. Se pegássemos, Senador Valmir Campelo, toda a comida do mundo e distribuíssemos entre os homens, teríamos calorias suficientes para alimentar adequadamente a população, e não haveriam 13 milhões de crianças menores de 5 anos morrendo anualmente de fome no mundo.

Então, reflito sobre a intensidade de certas campanhas, que devem ter a importância que têm, mas não devem ter mais do que uma campanha de combate à fome. Cito um exemplo: a campanha de combate à AIDS não deve despertar mais interesse do que a campanha de combate à fome, porque a AIDS mata menos gente no mundo e é um problema muito menos preocupante do que a fome, que atinge 200 milhões de crianças com idade inferior a 5 anos.

Constatai, por meio de uma estatística do Ministério da Educação, que 95% das crianças que ingressam no curso primário não conseguem terminá-lo sem reprovação; somente 5% saem sem reprovação. E qual é a causa disso? Subnutrição e desnutrição.

Portanto, estamos tratando de um tema de extrema importância para o nosso País e para o mundo, o qual deveria ser a prioridade absoluta de todos os governantes que têm preocupação com o social. A educação, a segurança e a habitação são importantes, mas não adianta casa se não houver comida, não adianta sonhar com saúde se não houver comida, e não adianta querer que alguém aprenda de estômago vazio.

Dizia que o problema principal não é a oferta de alimentos, porque há o suficiente para todas as pessoas. O grande problema, no entanto, está na produção e oferta desses alimentos e, sobretudo, no acesso das pessoas a eles.

A União Europeia, preocupada, após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu uma política de segurança alimentar e ganhou com isso. Lá há estoques de alimentos que asseguram a alimentação da sua população. E eles têm dinheiro para comprar! Portanto, o contingente de pessoas que passam fome naquele Continente é baixíssimo.

Por outro lado, países que deveriam estar se preocupando com o problema - e poderiam até cumprir um importante papel dentro de alguns anos - não estão. A FAO fala em 30 anos e, nesse caso, sim, a situação será pior, porque toma como base a disponibilidade de terras que temos por pessoa. Já citei esse número aqui. Há 25 anos, tínhamos 0,5 hectare/pessoa sendo cultivado no mundo. Esse número baixou para 0,3 hectare/pessoa. Hoje, temos no mundo 760 milhões de hectares sendo cultivados. E estamos perdendo área em função da erosão dos solos, que carregam para os rios - esse é outro problema ambiental sobre o qual estamos discutindo - uma quantidade de terras que chega a 1,5 bilhão de toneladas. Só no Brasil, perdemos cerca de 300 milhões de toneladas de terra. Há áreas no



Pais onde não se faz a conservação e a preservação dos recursos naturais. Então, perdem-se 100 toneladas por hectare de terra por ano, o que significa dez vezes mais do que é tecnicamente aceitável em termos de agricultura. Ai estão as queimadas que levam a cobertura vegetal. E 80% de perda da cobertura vegetal do mundo se dá exatamente pela exploração irracional, pela sede de ocupar novas áreas e, com essa ocupação, matar a fome de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Não estamos dando a devida importância ao problema, porque daqui a 30 anos, a FAO já disse, teremos apenas 0,15 hectare/pessoa sendo cultivado no mundo. Isso será insuficiente. Sr. Presidente, porque os números de produção também acompanham esse dado preocupante. Hoje produzimos 4,5 bilhões de toneladas para alimentar 5.800 bilhões de pessoas no mundo. Mas, por volta do ano de 2025, haverá 8,5 bilhões de pessoas para alimentar. E para mantermos uma produção de alimentos nos mesmos níveis - que não são bons, pois, se fossem, não haveria 850 milhões de pessoas passando fome -, teremos que estar produzindo 6,5 bilhões de toneladas de alimentos. E onde está a possibilidade de crescimento dessa produção?

Quero aqui fazer um reparo: hoje o problema não é a quantidade, mas a distribuição. Mas onde está o problema crucial de agora? Com certeza, está na distribuição e no acesso. Mas, no futuro, daqui a 30 anos, poderá estar na distribuição, no acesso e na produção. E temos no Brasil os três problemas.

V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é lá do Nordeste, sabe muito bem que parte da alimentação consumida naquela região é proveniente de outras regiões produtoras, devido ao pequeno desenvolvimento nesse setor. E V. Ex<sup>a</sup>, quando Governador, preocupado com esse problema, incentivou a prática do programa de irrigação - sei disso porque, na época, era secretário e acompanhei todo o processo. Na minha opinião, o programa de irrigação deveria ser o grande investimento de todos os governos, mas sem parar. Porque, em consequência da substituição de governos, há sempre interrupção dos investimentos anteriores, que acabam perdidos. Se isto ocorresse, ou seja, se houvesse a continuidade, a região, aproveitando a vocação que tem, poderia se transformar em grande produtora de alimentos, eliminando o problema da distribuição geográfica, que é mundial e também nacional, é nosso.

Mas esse problema não está sendo pensado, não está sendo planejado e não será eliminado, ou seja, continuaremos convivendo com ele.

Sabemos que o mundo tem comida para todos, mas e o Brasil tem? O Brasil tem. Se pegássemos a comida que temos aqui e distribuíssemos a todos, os 32 milhões também estariam comendo. Pelo menos, há calorias para abastecer a população que não come. No entanto, temos o problema do acesso, que é crucial. Vem o problema da concentração de renda, que, ao lado da concentração de terras, impede que qualquer programa de governo resolva de forma imediata.

Então, podemos citar também números. Hoje - e já citei esse número aqui -, há 20 grandes empresários que detêm 20 milhões de hectares em nosso País, que é a área equivalente do Estado do Paraná, ou a área de 4 milhões de pequenos produtores. Essa é uma prova incontestável de que há concentração de terra na mão de poucos.

Outro índice, Senadora Benedita da Silva - V. Ex<sup>a</sup> que é preocupada com o tema e sabe o quanto é grave esse problema em nosso País, especialmente nas regiões periféricas, se tomarmos 1,2% das propriedades agrícolas do Brasil, elas detêm uma área de 44% de toda a área explorável do nosso País. Por outro lado, vamos verificar que 1% dos brasileiros detem uma renda per capita de US\$52 mil por ano, enquanto que 50% dos brasileiros têm uma renda per capita menor, de US\$700 por ano, e, pior ainda, aqueles miseráveis que não comem têm uma renda per capita inferior a US\$365 por ano.

Então, já detectamos as causas da fome neste País: o problema da produção mal distribuída e o acesso à comida por falta exatamente de condições financeiras. Esse problema não é só nosso. Se formos verificar em todo o mundo, temos hoje as populações de 86 países que são objeto de preocupação maior da FAO. A FAO desenvolve programas de segurança alimentar em 17 países e vai ampliar para 86; mas nesses 86 países, 80% da população têm uma renda per capita de um dólar por dia. Isso não dá para comer em hipótese nenhuma, Sr. Presidente! Por isso solicitei que neste dia discutíssemos esse tema.

Não podemos ser complacentes nem diante do quadro nacional nem diante do quadro mundial, porque, se analisarmos o que está ocorrendo com a globalização da economia, veremos que ela não pode ser feita sem a ética necessária, pois, assim, vai aumentar as desigualdades. A globalização sem ética é um instrumento impulsor das desigualdades. Basta verificar, hoje, um estudo do Banco Mundial juntamente com a FAO que revela que o protecionismo, ou seja, os subsídios que são concedidos nas regiões mais desenvolvidas, chegam a US\$350 bilhões ao ano, somando-se aí evidentemente, os blocos econômicos mais importantes formados pela União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá. Esse protecionismo impede, por outras vias, que os países em desenvolvimento

invistam na ampliação da sua produção, de forma a buscar o mercado externo, porque não conseguirá competir com esse grau de subsídios e, com isso, estão sendo alijados os países em desenvolvimento ou os países considerados do Terceiro Mundo - de participar de um mercado onde podem estar faturando a mais, todos os anos, US\$60 bilhões para irrigar as suas economias.

Sr. Presidente, o Brasil poderia estar, hoje, não apenas exportando os 30% do total de exportações que vêm da área rural, da produção primária e que, neste momento, já contabiliza 5 bilhões de superávit na balança comercial - que, no ano passado, contabilizou 12 bilhões de superávit - como também poderia estar ampliando as suas exportações de 30 a 35 bilhões todos os anos caso não houvesse o protecionismo. Portanto, a globalização, da forma como está sendo feita, porque não teórica, vai ampliar as desigualdades. E quando sentam-se os países e os blocos econômicos nas rodadas do GATT, não há imposição, por parte do Brasil, das suas condições de negociação de redução de subsídios. O nosso País tem liderança natural para impor-se, mas não o faz.

Vou explicar o que estou dizendo. O Brasil importou este ano, até setembro, US\$2 milhões de leite. Seria preciso? Não, porque o seu Estado, Sr. Presidente, o meu e os demais Estados brasileiros aumentaram a produção, nos últimos três anos, do Real do Presidente Fernando Henrique para cá, em 5 bilhões de litros de leite - o país produzia 15,5 bilhões e está produzindo 20,5 bilhões. Cuidou-se do aumento de tecnologia no campo porque nós sabíamos que vinha o Mercosul, Argentina, e isso colocaria em risco a atividade individual ou coletiva dos nossos produtores de leite. Pois bem, eles cuidaram e aplicaram em tecnologia, só que estão agora com os preços decaídos porque o Brasil importou, sem necessitar, US\$290 milhões de leite, que está hoje sobrando e faz - que o nosso leite tenha o preço rebaixado. Por que essa importação, se ela não é necessária? Se leite aqui, por que comprar fora? Porque as condições de financiamento continuam: 365 dias, taxa anual de 6% e, evidentemente, esses importadores estão fazendo capital de giro para empresas.

Quantas vezes vamos pedir ao Governo brasileiro que imponha novas regras como exemplo, é de estabelecer um prazo de importação de financiamento de 30 dias? Porque elimina vantagem financeira, é só vantagem financeira. Uma tonelada de leite, Senadora Benedita, produzida na União Europeia, custa US\$4 mil, só que entra no Brasil por US\$1,650. De US\$4 mil o custo, por esse valor! Ora, há alguma coisa errada. É o subsídio!

Uma vaca, na União Europeia, recebe em subsídio o que a maior parte da população brasileira não tem de renda per capita. Então, uma vaca lá vale mais do que uma pessoa no Brasil. Não sei, é a política de assegurar à sua população alimentos para sempre. O que não temos aqui, vaca, nos Estados Unidos, recebe US\$2,2 mil de subsídio.

Então, essa desigualdade, com esse protecionismo, vai sufocar os países em desenvolvimento, não permitindo que arranquem do potencial que têm, do aumento de área produtiva, para o desenvolvimento e até uma participação igual no mercado internacional, sobretudo na questão social, que é objeto da nossa preocupação hoje.

Sr. Presidente, na China - V. Ex.<sup>a</sup> e outros Senadores conhecem -, a preocupação é: Tanto é que o cumprimento de um chinês para outro, na rua, no amanhecer ou no entardecer, quem tem comido bem? Esse é o cumprimento que é, na verdade, o símbolo da condição social do cidadão: se ele está comendo bem ou não. Essa é a maior preocupação. Pudera! Um bilhão e duzentos milhões em 4% da área e tendo que comer dessa comida... Olha que a China não envergonha o seu povo porque tem importado muito pouco.

Aí entra um outro assunto - sei que V. Ex.<sup>a</sup> está preocupado com o tempo - de fundamental importância para os governantes brasileiros. Gostaria até de sugerir ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que incluisse esse tema em suas excursões, quando Sua Excelência viajar para outros países. Esse tema não tem sido tocado. Concordo que a educação é muito importante, tem que ser objeto de preocupação, mas esse também é importante porque a China é o balizador na questão do combate à fome e de alavancar o mundo para alcançar a segurança alimentar. Sabem por quê? Se a China produzir o suficiente para alimentar a sua população e não entrar no mercado comprando, os preços das commodities serão um: os preços, evidentemente, estarão em um patamar. Entretanto, se a China, por uma catástrofe, não produzir e entrar no mercado alimentar comprando para alimentar a sua população, o preço será infinitamente superior. Isso terá influência na segurança alimentar dos cidadãos que vivem até nos países desenvolvidos.

Por outro lado, se a China cumprir a meta que estabeleceu, de produzir 500 milhões de toneladas no ano 2000, ela poderá exportar. Também isso terá significado, porque o preço das commodities reduzirá. Mas, quando falamos em comida, em segurança alimentar e levamos esse assunto para qualquer ambiente, não podemos nos esquecer do principal ator dessa história: o produtor rural.

Escuto todos os dias: "Não temos política agrícola, não temos política de reforma agrária." Pois bem, não adianta estabelecer nenhuma política de reforma agrária se não tivermos uma política de viabilização das pequenas propriedades brasileiras que, hoje, são cinco milhões. Dessas, cerca de 3,2 milhões estão praticamente inviabilizadas.

As causas da fome em nosso País nós conhecemos: os planos econômicos sucessivos que não deram certo e a falta de investimento em infra-estrutura no campo. Os governos não investem em estradas, não investem em armazém, não investem em sistema intermodal de transportes e, com isso, estamos aqui, gastando US\$40 para colocar uma tonelada de grãos no porto; enquanto o País vizinho gasta US\$16, e os Estados Unidos cerca de US\$10. Uma diferença que nos coloca para fora de qualquer mercado, se não fosse, Sr. Presidente, o investimento que está sendo feito em pesquisa no País, não pelo Governo, mas pelos produtores que estão investindo o que não recebem de investimento do Governo.

E isso tem um preço. Não podemos mais continuar sonhando em atingir a soberania, se não conseguirmos fazer a produção bem distribuída da comida em nosso País, e permitir o acesso a esses que não podem comprar a comida todos os dias.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB-PB) -- Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) - Concedo, com satisfação, o aparte ao nobre Senador Ney Suassuna

O Sr. Ney Suassuna (PMDB-PB) - Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Parabéns pelo pronunciamento que faz. Se o trecho que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de citar sobre as causas da fome e das dificuldades que os pequenos agricultores estão passando no Brasil fosse ouvido pelas autoridades competentes, V. Ex.<sup>a</sup> com certeza, estaria minorando ou talvez até resolvendo um problema, que é endêmico, é crônico e que precisa ser resolvido. V. Ex.<sup>a</sup> foi fundo na questão. E, ao abordar um assunto tão sério, conseguiu sintetizar as principais causas das dificuldades da nossa agricultura e da nossa produção, as quais, com certeza, são os principais pontos a serem abordados quando se deseja combater a fome, problema sério em nosso País.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) - Com alegria, Senador Ney Suassuna, incorporo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> ao meu pronunciamento por duas razões: uma, porque permitiu-me um intervalo para beber água e me lembrar da outra causa da subnutrição no mundo - a falta d'água e a dificuldade de acesso a ela por muita gente. A outra razão, Senador Ney Suassuna, é que V. Ex.<sup>a</sup> tem também se pronunciado a respeito de temas de interesse social e sabe da importância desse assunto que estamos tratando. Sabemos que amanhã teremos o café da manhã, o almoço e o jantar, mas 850 milhões de pessoas, irmãos nossos, Senador Ney Suassuna, não sabem se terão essa comida amanhã ou depois.

Eu dizia, antes da chegada de V. Ex.<sup>a</sup>, que, até nos Estados Unidos, há 30 milhões de pessoas nessas condições, e poucos sabem dessa estatística. Acreditam que nos Estados Unidos todos têm um nível de vida que permite sonhar com a comida do dia seguinte, mas essa não é a realidade.

Sr. Presidente, para encerrar vou abordar o problema da água: 3,1% só da água - essa parte decimal é até proposital, porque é muito importante pela necessidade que tem o mundo de cuidar desse recurso natural, que não é infinito; e nós temos em acreditar que sim - é água doce, o resto é água salgada.

Vou citar mais uma vez o exemplo de Israel, porque considero o mais apropriado. O Senador Ney Suassuna, que é da Paraíba, sabe da importância desse assunto. Falamos que no Brasil não há problema de água, temos o rio Amazonas, o rio São Francisco. O problema é que 85% da água do Brasil está realmente naquela região amazônica, para sorte do Senador Gilvam Borges, só que lá estão apenas 5% da população; os 95% da população têm, na verdade, apenas 15% da água do Brasil, e é pouco.

Então, tem o Governo obrigação de desenvolver um programa para cuidar dos recursos hídricos neste País, caso contrário teremos que fazer investimentos pesados no futuro para atenuar o drama que vem aí. O Nordeste já está sofrendo problemas com El Niño.

Veja o que fez Israel: recebeu indenização da Alemanha pelos estragos da Guerra - foram seis bilhões de judeus exterminados e, para cada um, a Alemanha foi obrigada a pagar mil dólares, totalizando seis bilhões de dólares. O que fez Israel com US\$6 bilhões? Investiu naquilo que lhe é mais caro: construiu um canal, transportando a água do norte para o sul, por 250 quilômetros abaixo da terra para impedir a evaporação a uma temperatura alta - praticamente constante lá - e que, com a escassez das chuvas, estimula a evaporação, e construiu um sistema de irrigação no país. Creio que não existe clima pior do que aquele, não tem chuva, não tem fertilidade no solo e não tem água. Israel tem água lá em cima, que buscou, trouxe e distribuiu para o país. As águas que são utilizadas nos centros urbanos são reaproveitadas e utilizadas na produção de frutas.

Quando a Holanda, que é o grande fornecedor de flores para o mercado europeu, não

conseguir atender ao mercado na entressafra, é Israel que produz a flor para suprir o mercado europeu. Então, é um povo que teve a competência de arrancar da adversidade o sucesso que hoje o país apresenta. Nos kibutz, onde tive a oportunidade de permanecer por algum tempo, eles falavam: "Bom, resolvemos o primeiro desafio, que foi produzir comida para o nosso povo. Agora, vamos produzir renda". E, hoje, praticamente, não há kibutz em Israel que não seja industrializado, que não produza industrialmente alguma coisa. E aí vem o emprego, que é a grande causa da falta de acesso à comida em nosso País.

Cada vez que falo nesse tema fico indignado com a falta de sensibilidade para o presente e para o futuro das autoridades deste País.

Sr. Presidente, estou aqui alertando e fazendo um desafio. Existe um plano de ação aprovado na reunião de cúpula sobre Agricultura e Alimentação em Roma, da qual o Brasil participou. São sete pontos que o Brasil, assim como todos os demais países que participaram, teria a obrigação de estar cumprindo. Li os sete pontos, hoje, antes de vir ao plenário, e constatei que não existe nenhum que esteja sendo cumprido pelo Brasil. Estão ignorando o drama em que vivem milhares de brasileiros, como se fosse possível resolver os problemas de toda a população apenas com programas emergenciais de distribuição de comida.

Eles não podem acabar simplesmente porque pensamos que a solução tem que ser a produção, a melhor distribuição dos alimentos e o acesso a eles. Eles não podem substituir uma política de incentivo à produção em zonas onde não se produz nada, mas há gente que precisa comer. Eles não podem substituir, em um discurso fácil, a falta de ação do Governo para transformar este País em um grande produtor mundial, porque os desafios que vamos enfrentar são muito sérios.

Só o cerrado possui 130 milhões de hectares que estão inaproveitados, que, com investimentos corajosos, poderiam arrancar o dobro da produção de hoje. Assim, estaríamos, hoje, tranquilamente, gerando, para a balança comercial, um superávit que poderia cobrir esse déficit e, sobretudo, promover a distribuição de renda.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB-AP) - Senador Osmar Dias, V. Exª me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) - Concedo o aparte com satisfação, Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB-AP) - Senador Osmar Dias, primeiramente, eu gostaria de congratular-me com V. Exª pelo brilhante pronunciamento que faz na tribuna desta Casa. Acredito que todos os Senadores têm em V. Exª um referencial de luta constante, não só nesta tribuna, como também nas Comissões em que V. Exª atua, justamente sempre chamando a atenção e sugerindo ao Governo Federal a prioridade para o setor de produção, especificamente para o setor primário. V. Exª assoma à tribuna com a autoridade de quem vivencia, de quem estuda e de quem tem realmente uma larga experiência e uma visão ampla dessa problemática. V. Exª há de convir, nobre Senador, que temos que considerar o aspecto cultural. Sei que sua visão do problema está muito à frente, a exemplo das comparações que hoje traz de outras culturas milenares, como a experiência do povo judeu, que canaliza energia, que prioriza situações e que trabalha sempre com o futuro. O Brasil, com seus 500 anos de vida, realmente já começa a atingir certa maioridade no que se refere a experiências. Portanto, V. Exª, oportunamente, ocupa a tribuna desta Casa com a autoridade de quem conhece o problema, de quem se sensibiliza e está sempre chamando a atenção do Poder Executivo para que estabeleça prioridades para o setor, seja para a geração de empregos, seja para a produção e qualificação. Assim, congratulo-me com V. Exª pelo brilhante pronunciamento que faz e pelas preocupações sinceras e autênticas de quem defende a agricultura neste País.

O SR. OSMAR DIAS - Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, fazendo uma advertência ao Governo brasileiro: não dá para continuarmos assistindo ao pequeno produtor lutando para sobreviver por causa de um custo de produção elevadíssimo! Não dá para continuarmos assistindo ao êxodo rural enquanto ficamos aqui discutindo o assentamento de 60 mil famílias, pois muito mais pessoas abandonam o campo todos os anos. E é em função de uma política planejada que possa oferecer garantia a quem produz e segurança a quem está na cidade que teremos a produção adequada de alimentos.

A comida não nasce dentro do supermercado, mas no campo, além da porteira do sítio da fazenda. Lá, alguém está suando, sem dormir à noite e perdendo quando investe, sem poder recuperar os investimentos pela falta de preços, pelo excesso de tributos cobrados em nosso País e pelos custos elevadíssimos que nos são impostos.

Não podemos conviver com aquilo que, na Europa, é um luxo. Suínos são produzidos na Alemanha, abatidos na Grécia, transformados na Itália e voltam à Alemanha para ser consumidos, numa cadeia que eleva os preços. Lá, há pessoas bem remuneradas que podem pagar. No Brasil, não

da para conviver com essa situação.

O Governo precisa intervir de forma vigorosa, investir e interiorizar a economia, para que a distribuição de renda seja viabilizada. Os investimentos concentrados, sobretudo mal distribuídos, vão acrescentar mais desigualdades sociais em nosso País.

Sr. Presidente, a comida não nasce dentro do supermercado!

Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOEL COIMBRA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1997.

### "Sem-Terra, Sem-Lei, Sem-Democracia"

Jornal Gazeta do Povo

*"Evidentemente que ninguém pode deixar de lamentar a grave situação social reinante no país. Mas sua reversão não pode ser feita com o sacrifício da ordem jurídica, cuja proteção cabe ao Judiciário."*

Além disso, a exclusão social é fato social, econômico e político, mas não jurídico, motivo porque não excepciona o excluído da igualdade de todos perante a lei.

Assim, o fenômeno econômico e social da exclusão não dá ao excluído o direito de exercer arbitrariamente as próprias razões, nem o de invadir, desapossar, roubar ou matar. No Estado de Direito ninguém está acima da lei.

Portanto, a exclusão social, que se lamenta, não assegura aos excluídos a impunidade face às consequências legais dos atos que praticam". (Tamg, Al 226.647-7, Rel. Luiz Lauro Bracarense, ac. 28.11.96 — RJ 238/10).

O Governo do Estado do Paraná passou a admitir (?) que poderá "endurecer o jogo" contra os integrantes do chamado Movimento Sem-Terra, após a bandalheira criminosa ocorrida em Jundiá do Sul dias atrás, onde ao vivo e em cores foi mostrada ao Brasil toda uma sequência de crimes que vão desde o esbulho possessório (art. 161, § 1.º, II); dano qualificado (art. 16, parágrafo único, I); seqüestro (art. 148) e, porque não dizer, o novel delito da tortura, previsto na Lei n.º 9.455, de 07.04.97, este último inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Recente Relatório sobre as invasões de propriedades rurais no Estado do Paraná, feito circular pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), após detalhada análise e evolução de todo o processo levado a efeito pelo Movimento Sem-Terra, demonstra que em 11 (onze) anos desta prática delitosa impropriamente denominada de "ocupação", 56% (cinquenta e seis por cento) ocorreram em nosso Estado, exatamente durante o período de 1995/1997, ou seja, durante a atual Administração, que tem como regra descumprir todas as ordens judiciais de reintegração de posse.

O Governo do Estado, até que se prove o contrário, não está respeitando a independência, e harmonia dos três Poderes da República, ignorando o Poder Judiciário, que é o único, no Estado Democrático de Direito, que tem a atribuição exclusiva de compor os litígios.

Após os atos criminosos de Jundiá do Sul (afora tantos outros semelhantes), é até irônica a nota da Secretaria de Segurança Pública informando que o Governo determinou a ação da polícia para evitar novos confrontos, avertando-se a possibilidade de o Governo Estadual voltar a cumprir as reintegrações de posse já determinadas pela Justiça.

A margem da lei, ou contra ela, não existe ordem e nem democracia.

Os atos de Jundiá do Sul, como tantos outros mostrados diariamente pela imprensa falada, escrita e televisada, praticados por integrantes do Movimento Sem-Terra, são crimes, a enorme maioria de ação penal pública, sendo que é vedado para qualquer autoridade policial, civil ou militar "negociar" com o criminoso o cumprimento da norma legal. Lembre-se que a polícia

tem o dever jurídico de agir, sendo que sua omissão constitui crime (art. 13, § 2.º, CP).

A missão da polícia, em síntese, resume-se em cumprir e fazer cumprir a lei!

A relutância em agir contra criminosos sob a alegação de que se pretende evitar o confronto, apenas tem fortalecido o aumento de tais ações frente a fraqueza do Estado em manter a ordem.

Quem deliberadamente invade propriedade alheia, destrói coisas alheias, rouba e carneia gado, seqüestra, mata ou tortura pessoas, incendeia pastos, saqueia caminhões de carga, incendeia veículos deve estar ciente de que assume o risco de ter, em contrapartida (principalmente frente a omissão dos órgãos de segurança pública), a reação legal e legítima das vítimas (art. 502 do Código Civil e art. 25 do Código Penal — legítima defesa pessoal, de terceiro e da propriedade). É o mesmo risco que corre o assaltante de bancos ao tentar tomar à força o dinheiro que não lhe pertence.

Entretanto, esta omissão deliberada, ou fraqueza, implica responsabilidade da autoridade que descumprir sua importante função pública, podendo caracterizar, em tese, conforme o caso, desobediência (art. 330, CP), prevaricação (art. 319, CP), improbidade administrativa (art. 11, II, da Lei 8.429, de 02.06.92), além do crime de responsabilidade previsto no art. 12 da Lei Federal n.º 1079, de 10.04.50, crime contra o cumprimento das decisões judiciais).

Por sua vez, o Judiciário pode e deve buscar fortalecer a autoridade de seus julgados, sendo certo que o descumprimento de ordens judiciais pode gerar a intervenção federal no Estado, nos termos do art. 34, incisos IV e VI, da Constituição Federal. Aliás, nos exatos termos do art. 88, inciso II e VII, da Constituição do Estado do Paraná, os atos atentatórios ao livre exercício do Poder Judiciário e o descumprimento das leis e das decisões judiciais são, entre outras hipóteses previstas, crimes de responsabilidade do Governador, a serem definidos em lei federal.

Por fim, se o aparelhamento policial do Estado não for suficiente ou não está sendo empregado para manter sua missão constitucional, pode ser solicitado, por qualquer dos Poderes, o envio de tropas federais para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem (Constituição Federal, art. 142, "caput").

O enfraquecimento da Justiça leva ao seu descrédito, abrindo um precedente perigoso contra a democracia, cujo princípio básico deve ser o respeito à lei.

Não existe mais segurança no campo, logo não haverá segurança nos centros urbanos. Um Governo legitimado pela força dos votos perde esta característica quando descumpra a lei e não consegue manter a ordem, correndo o risco de ser questionado.

O Ministério Público, muito mais que fiscal da lei, é o próprio defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF), razão pela qual deve agir sempre que preciso, tomando as medidas necessárias contra quem quer que seja.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1997.

# "A delicada realidade financeira dos municípios"

Jornal da Manhã

**N**o início deste ano um deputado, no Congresso nacional, disse que estava cansado de encontrar na Capital Federal mendigos de gravata. Os mendigos a que o parlamentar se referia eram os prefeitos. Principais responsáveis pelo atendimento que o poder público presta à população, os responsáveis pelos municípios precisam "esmolar" nos gabinetes de Brasília para conseguir um pouco de dinheiro para investir em sua comunidade. A arrecadação própria e os repasses das prefeituras não estão dando nem sequer para pagar os custos fixos de manutenção da "máquina pública".

Acontece que os prefeitos foram eleitos com base em promessas de campanhas. Muitas delas tão simples como recuperação de estradas, melhoria do sistema de atendimento público à saúde, maior qualidade da rede de ensino básico e geração de novos empregos. Nada mirabolante e impossível de se alcançar. O problema é que agora estes prefeitos não estão recebendo o mínimo de recursos necessários para realizar estas pequenas obras e melhorias.

Como resultado: a população bate às portas das prefeituras e até mesmo na casa do prefeito para

pedir o cumprimento das tais promessas de campanha, o que não acontece com o governador do Estado e muito menos com o presidente da república. E agora? os prefeitos, na maioria das vezes bem intencionados, acabam passando por vilões. Dificilmente a população se lembrará no próximo ano dos nomes dos deputado que foram favoráveis à prorrogação do FEF, que retirou dinheiro dos repasses federais aos Estados e Municípios. Estes mesmos recursos serviriam para financiar as obras de melhorias e investimentos prometidas aos eleitores.

Além de reter repasses, o governo Federal e Estadual repassam aos município uma carga cada vez maior de responsabilidades. O que o Estado brasileiro não pode privatizar, está municipalizando. Para se ter uma idéia, a Constituição Federal estabelece que 25% do orçamento das prefeituras deve ser destinado à área de saúde. Os Estados destinam diretamente de seus orçamentos entre 1% e 3% para a Saúde. E o governo federal não tem nenhuma

dotação orçamentário de transferências a este setor. O que se faz atualmente é repassar dinheiro arrecadado pelo IPMF para o SUS. Nada mais.

Os prefeitos são menos culpados pelo descumprimento a promessas de campanha do que pela omissão de mostrar quem são os verdadeiros responsáveis pelas mazelas financeiras das prefeituras. Enquanto eles não tiverem coragem suficiente para dizer que as obras apresentadas pelos deputados são na verdade financiadas com o dinheiro que deveria ter chegado à prefeitura e ficou retido nas outras esferas do poder público, o quadro não irá se alterar. A culpa é do Estado? Não. A culpa é dos deputados que se aproveitam do sistema? Não. Os culpados são os próprios prefeitos que para aceitar migalhas se propõem a fazer parte do "jogo", mesmo sabendo que seus munícipes serão os principais prejudicados. Já passou da hora dos prefeitos se organizarem, unir forças e protestar contra as injustiças da distribuição tributária brasileira.

*Os prefeitos são mais culpados pela omissão do que pelo descumprimento de promessas de campanha por falta de verba*